

PÁG 2

Abraceel mapeia contribuições sobre segurança de mercado e reforça posicionamento junto à Aneel

PÁG 6

Em evento do Ipea, abertura do mercado de energia ganha eco e mostra que aprovação do PL 414 será só primeiro passo

PÁG 10

CCEE realiza workshop sobre formação de preços com mais de 300 profissionais do setor

PÁG 12

Sefaz-SP responde perguntas frequentes sobre tributação de ICMS no ACL

PÁG 13

Abraceel na Mídia

PÁG 14

Curtas

PÁG 18

E o Congresso?

PÁG 20

Próxima Semana



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Abraceel mapeia contribuições sobre segurança de mercado e reforça posicionamento junto à Aneel

Matéria em 1 minuto:

- Posicionamento da Abraceel serviu de referência para inúmeras propostas de outros agentes nas CPs de monitoramento e garantias financeiras;
- É consenso entre os agentes que a discussão de garantias financeiras depende de parâmetros que serão obtidos após o monitoramento;
- Contribuição da Abraceel e Nota Técnica da Volt Robotics e Elekto estão disponíveis no site da Abraceel.



Tempo de leitura:
2 minutos



A Aneel disponibilizou em seu site as contribuições recebidas nas Consultas Públicas 10 e 11/2022, sobre monitoramento e garantias financeiras. No total, 32 agentes ofereceram sugestões a consulta pública de monitoramento e 34 agentes na de garantias financeiras, sendo que muitos agentes contribuíram com o mesmo documento nas duas CPs. Foi possível notar que a contribuição da Abraceel serviu de referência para inúmeras das propostas realizadas, o que evidencia a liderança da associação no tema de segurança de mercado.

Monitoramento

Existe consenso entre os agentes de que a discussão de garantias financeiras depende de parâmetros que serão obtidos após o monitoramento. Essa avaliação está presente em todas as manifestações daqueles que abordaram, nas contribuições, a ordem dos processos. Ainda, foram muitas sugestões, em linha com a da Abraceel, para suspender temporariamente a CP 10, sobre garantias financeiras.



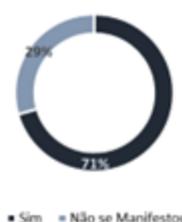
Foram poucas as contribuições que abordaram algum aspecto sobre o cálculo da alavancagem em si, o que mostra que a discussão ainda está em um nível conceitual. Sobre a abrangência do monitoramento para todos os agentes, várias contribuições defenderam que as obrigações deveriam ser menos exigentes para certas categorias de agentes, considerando o diferente grau de risco que representam para o sistema.

Sobre a definição de penalidades e gradação de sanções, a tônica geral das contribuições é de concordância sobre aplicação das penalidades, desde que as condutas sejam claras e objetivamente identificáveis, de forma a tornar evidente a sua aplicação. De forma geral, as contribuições na consulta pública endossaram os pleitos da Abraceel.

Garantias financeiras

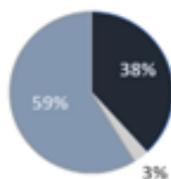
Na CP de garantias, 71% das contribuições manifestaram que falta detalhamento dos cálculos e metodologias de garantias financeiras, inferindo que o estágio atual da discussão não permite sua implementação, na medida em que falta análise de impacto regulatório e minuta de resolução sobre o tema.

Falta de Detalhamento dos Cálculos e Metodologias



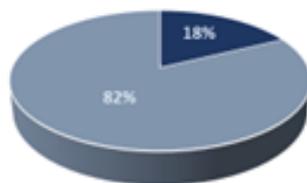
Além disso, apenas um agente é contra a etapa de corte de contratos - todos os outros que se manifestaram sobre o assunto são a favor da sua permanência. Além disso, 18% das contribuições se manifestaram contra a proposta de cota com recursos da CCEE e 84% dos agentes que se manifestaram sobre a criação do fundo de liquidação se posicionaram contrários.

Permanência do Corte de Contratos



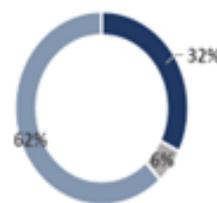
■ Favorável ■ Contra ■ Não se Manifestou

Contra a Proposta da Cota da CCEE



■ Sim ■ Não se Manifestou

Contra a Criação do Fundo



■ Sim ■ Não ■ Não se Manifestou

Contribuição da CCEE

Em sua contribuição na CP de monitoramento, a CCEE sugeriu que a Aneel “estimule as associações do setor a engajarem seus associados para que encaminhem sugestões de parâmetros iniciais, tendo em vista que hoje, as melhores informações estão de posse dos agentes, e não da CCEE, para fins de definição dos parâmetros iniciais”.

A CCEE aponta em sua contribuição que já há definição clara conceitual da metodologia de cálculo para a identificação da parcela de risco de mercado assumida pelos agentes, indicada nas equações 1 a 7 da NT 3.1. Ainda, propõe a constituição de uma Comissão de Implementação para atuar durante o período sombra no que diz respeito a métricas de risco a serem adotadas no monitoramento prudencial, por exemplo, CVaR ou stress test, e premissas necessárias para o estabelecimento de parâmetros exigidos para a realização dos cálculos.

Além das informações anteriormente elencadas, a Câmara sugere também incluir previsão de consumo e geração, em MWmed, aberto para o horizonte dos próximos seis meses e por submercado.

Por fim, a CCEE apresentou parecer jurídico do escritório Julião Coelho corroborando a competência da CCEE para aplicar dosimetrias de penalidades no âmbito da atividade de monitoramento do mercado, conforme parâmetros previamente definidos pela Aneel.

Confira a versão final da contribuição Abraceel

No dia 23.05, a Abraceel encaminhou à Aneel sua contribuição às Consultas Públicas 10 e 11/2022. A versão final da contribuição está disponível [aqui](#).

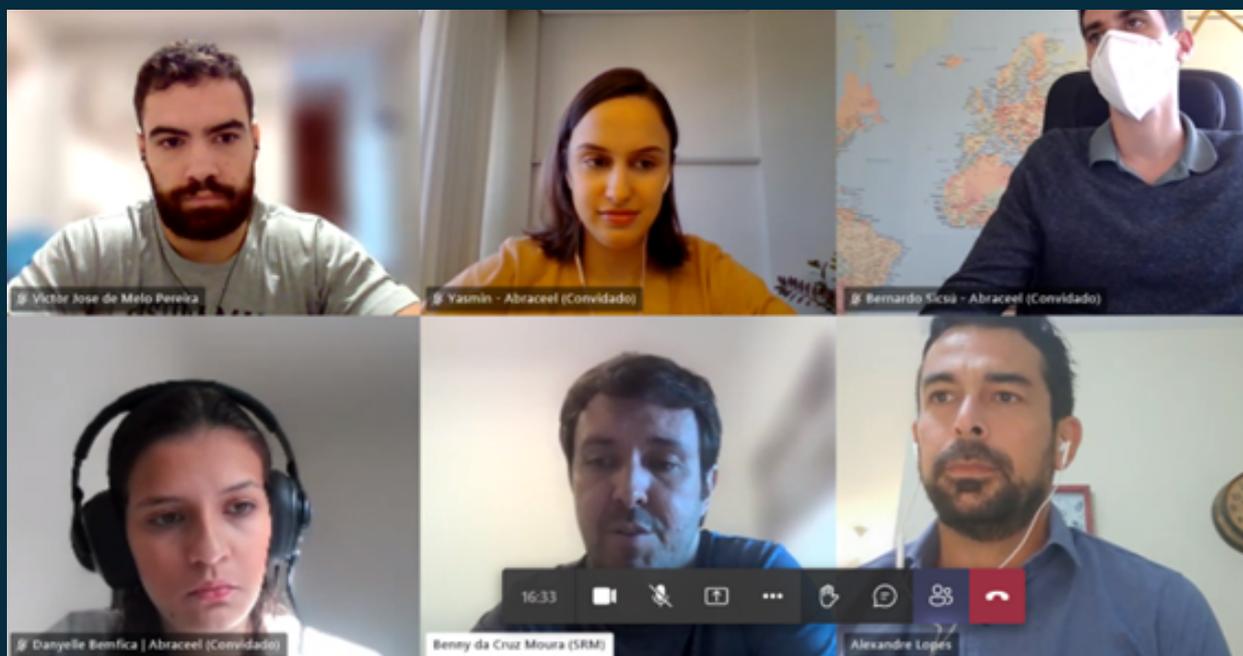
Encaminhamos como anexo à contribuição nas CPs, a Nota Técnica elaborada em conjunto com a Volt Robotics e Eleкто. Confira a versão final [aqui](#).

Para facilitar a visualização das contribuições dos associados, a Abraceel também divulgou a versão da contribuição com controle de alterações em relação à minuta anteriormente divulgada.



Abraceel apresenta sua contribuição à SRM/Aneel

Finalizando a semana, no dia 27.05, a Abraceel se reuniu com a equipe da SRM/Aneel com objetivo de apresentar os principais pontos da contribuição enviada às consultas públicas 10 e 11/22. Na ocasião, a Abraceel reforçou seu posicionamento de que eventual alteração no processo de garantias financeiras do MCP deve ser avaliada após a implementação do monitoramento da alavancagem dos agentes, ainda mais diante da falta de detalhamento dos cálculos e parâmetros que serão utilizados nesses processos. Outro ponto destacado pela Abraceel trata-se da possibilidade de dosimetria de penalidade pela CCEE. A Associação externou que entende que as penalidades devem ser determinadas pela Aneel e aplicadas pela CCEE de acordo com o normativo. Por fim, a SRM agradeceu as contribuições da Abraceel e sua participação ativa em todo processo, informou que ainda estão analisando as contribuições, contudo, o resultado da CP 10 e 11/22 contemplará documento de Análise de Impacto Regulatório e Minuta de Resolução que subsidiará a segunda etapa de discussões sobre os temas. A apresentação realizada pela Abraceel está disponível na área restrita do site, seção “Apresentações Exclusivas”.



Em evento do Ipea, abertura do mercado de energia ganha eco e mostra que aprovação do PL 414 será só primeiro passo

Matéria em 1 minuto:

- Ipea organiza seminário para analisar modernização setorial via abertura de mercado e alerta que redução de custos dependerá no nível de concorrência e da qualidade da regulação;
- Diretora do MME reafirma convicção do governo federal no PL 414/2021, passo inicial para abertura completa e consolidação do mercado livre de energia no Brasil;
- Bernardo Sicsú elenca evidências, estudos e motivações para a aprovação do PL 414/2021 reforçando a defesa da abertura do mercado, já atrasada desde 2003.



Tempo de leitura:
2 minutos



O Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea), fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia, realizou seminário em Brasília no dia 24.05 para discutir a modernização do modelo regulatório e comercial do setor elétrico e o papel do PL 414/2021 nessa transformação. Na ocasião, os participantes ressaltaram os benefícios esperados para os consumidores e a importância de abrir o mercado de energia elétrica no Brasil, onde o PL 414/2021 e a própria abertura em si compõem o primeiro passo. Convidada pelo Ipea, a Abraceel foi representada por Bernardo Sicsú, Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação. A gravação do evento está acessível no canal do Ipea no [YouTube](#).

Na inauguração, o presidente do Ipea, Erik Figueiredo, ressaltou o potencial que a abertura do mercado de energia elétrica tem para beneficiar todos os consumidores, até os residenciais, mas em especial as classes mais pobres, que chegam a comprometer até 10% da renda com eletricidade, segundo ele. “Por que não sonhar com um mercado em



que a energia elétrica seja uma alternativa para as pessoas mais pobres? Isso só será possível com energia mais barata e mais liberdade de mercado”, afirmou.

Nota técnica do Ipea analisa PL 414

O Ipea, por meio do diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, Nilo Saccaro, apresentou o resultado de uma [nota técnica](#) que analisou como o PL 414/2021 pode aproximar a regulação do setor elétrico nacional à dos países da OCDE (veja destaque).

O pesquisador afirmou que a portabilidade da conta de energia será favorável para todos, com destaque para os pequenos e médios consumidores. Mas alertou que a ampla liberdade para escolher o próprio fornecedor levará à redução dos custos da energia se houver efetiva concorrência entre agentes comercializadores e geradores, sem dificuldades para os agentes acessarem a infraestrutura de transmissão e de distribuição para levar energia aos usuários.

A aprovação do PL 414/2021, com um cronograma para a abertura e regras para o equilíbrio da fase de migração, é só um primeiro passo para a eficiência do mercado livre de energia, disse Saccaro, concluindo que a qualidade da regulação – e não somente a quantidade de regras – será fundamental para criar um ambiente competitivo que resulte em preços efetivamente mais baixos aos consumidores.

Convicção governamental em torno do PL

Camilla Fernandes, diretora de programa da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia, apresentou a longa trajetória de discussão e de atos normativos nas esferas legislativa e regulatória para tentar liberalizar o mercado de energia no Brasil, que, na visão dela, trará benefícios inequívocos para a sociedade.

Nessa linha do tempo, o PL 414/2021 é a proposta mais recente e conta com amplo apoio do governo federal, nas palavras da executiva. “O (Poder) Executivo aguarda esse avanço do (Poder) Legislativo”, disse, ressaltando que a aprovação da matéria pelos parlamentares é um passo precedente de um processo que será ainda complexo e demandará outros estudos e alterações no arcabouço normativo do setor.

Benefícios do mercado livre

Resgatando a preocupação do presidente do Ipea com relação aos consumidores de menor renda, Bernardo Sicsú lembrou que os pequenos e médios empresários, parcela ainda sem acesso ao mercado livre de energia, foram responsáveis por 71% dos novos

empregos criados no Brasil em 2021 e que a portabilidade, ao propiciar a redução do preço da energia elétrica em 27% em média, tem potencial de liberar R\$ 210 bilhões em redução de custo até 2035. Reinvestido na economia, esse montante pode gerar 642 mil empregos no período. Outro efeito positivo será a desaceleração inflacionária em 0,62 pp.

Em ponto mais detalhado, Sicsú explicou a experiência nos Estados Unidos com a abertura do mercado de energia, onde alguns estados optaram pela liberalização, mesmo que em graus diferenciados, tendo registrado redução de preços superiores aos estados não liberalizados. Mesmo que tenham sido exigidos alguns custos de transição durante os primeiros anos, os ganhos na redução de custos foram inequívocos e maiores, conforme identificado por estudos.

O Vice-Presidente da Abraceel mostrou a trajetória de evolução dos preços nos mercados regulado e livre em comparação à inflação, alertou que há novos aumentos previstos na tarifa regulada em 2022, o que impactará ainda mais o preço da energia elétrica no Brasil, que está entre as mais caras do mundo.

Sicsú ainda ponderou que os brasileiros têm percebido a escalada tarifária dos últimos anos e que eles querem ter o direito a escolher o próprio fornecedor de energia. Por fim, concluiu que o Brasil está pronto para a abertura completa do mercado e que a Abraceel tem buscado “colocar luz” nas questões emblemáticas que, nos últimos anos, têm sido usadas para postergar o avanço do mercado livre até os consumidores de baixa tensão.



Nota técnica do Ipea ressalta importância da competição

A partir de um indicador da OCDE denominado Regulação do Mercado de Produtos (PMR, em inglês), que avalia o nível de liberalização econômica de um país em vários setores, inclusive com recorte para o setor elétrico, os pesquisadores do Ipea avaliaram mudanças desejadas no ambiente setorial brasileiro para beneficiar a economia e o consumidor.

No PMR, quanto menor o resultado revelado pelo índice, maior é o nível de liberalização, apontando para uma regulação mais eficiente. O Brasil registra 2,06 para o setor elétrico, contra 1,45 de média dos países da OCDE. No Reino Unido, o índice é zero.

Na nota técnica, os pesquisadores apontaram “que uma das principais divergências” do caso brasileiro em comparação aos países da OCDE é o impedimento que o pequeno consumidor possa escolher o próprio fornecedor de energia. “Ainda que o mercado livre de energia no Brasil já seja uma realidade para o consumidor que se enquadra no ambiente de contratação livre, os pequenos consumidores não se beneficiaram desse processo de liberalização. A experiência dos países da OCDE mostra que a abertura integral do mercado de energia elétrica é um componente importante para alcançar um grau de concorrência elevado. Portanto, a libertação dos pequenos consumidores que fazem parte do mercado cativo, dando-lhes a opção de escolherem seus fornecedores e comercializadores de energia, será um grande passo à frente.”

O documento ainda ressalta a importância do PL 414/2021 para “corrigir esta lacuna regulatória” e para “dar liberdade ao pequeno consumidor”, destacando que o projeto de lei trata daquilo que a legislação já permite, sugerindo “que o Ministério de Minas e Energia, por meio de portaria, estabeleça um cronograma para abertura do mercado de energia elétrica para o pequeno consumidor cativo”.

Os pesquisadores escreveram que a “possibilidade de que o consumidor possa contratar energia elétrica de acordo com seu perfil de consumo é um aspecto positivo que provavelmente contribuirá a reduzir o preço da energia” e alertou que “a chamada sobrecontratação das distribuidoras” e a forma de regular o comercializador varejista são pontos de atenção, indicando que o “o Brasil ainda apresenta um desenvolvimento tardio em relação aos países da OCDE” e que a “liberalização do setor de energia elétrica poderá contribuir à redução dos custos finais para os consumidores, desde que o marco regulatório conduza a uma concorrência efetiva entre agentes comercializadores e geradores”.





CCEE realiza workshop sobre formação de preços com mais de 300 profissionais do setor

Matéria em 1 minuto:

- Durante o encontro foram discutidos temas como volatilidade do PLD e redução do histórico de vazões, governança e preço por oferta;
- Estudos em desenvolvimento pela CCEE buscam avaliar como os modelos representam as afluências e como equilibrar o peso do armazenamento na formação de preços.
- MME apresentou os aprimoramentos dos atos normativos da CPAMP, com destaque para a diretriz para que os aprimoramentos busquem aderência ao nível de aversão ao risco adotado na política operativa e possibilidade de realização de operação sombra.



Tempo de leitura:
2 minutos

A CCEE realizou, em 25.05, um fórum de debates sobre formação de preços com os agentes e associações, com a presença de mais de 300 profissionais do setor. A Abraceel foi representada pelo vice-presidente Alexandre Lopes.

A abertura do evento foi realizada pelo conselheiro Marcelo Loureiro, que destacou a importância do tema formação de preços para a CCEE, sendo um dos itens que compõem o planejamento estratégico da Câmara. Durante o encontro foram discutidos os seguintes temas: (i) volatilidade do PLD e redução do histórico de vazões; (ii) governança; e (iii) preço por oferta.

Volatilidade do PLD e redução do histórico de vazões

O gerente executivo de Preços, Modelos e Estudos Energéticos da CCEE, Rodrigo Sacchi, apresentou os estudos realizados pela Câmara sobre a volatilidade "não natural" do PLD. O levantamento aponta que a hidrologia é responsável por aproximadamente 52% da variação do PLD, enquanto que o armazenamento representa apenas 13%. Os estudos em desenvolvimento pela CCEE buscam avaliar como os modelos representam as afluências e como equilibrar o peso do armazenamento na formação de preços.

Os estudos sobre a redução do histórico de vazões foram apresentados pela CCEE e pelo consultor Donato Filho, da Volt Robotics. A expectativa inicial dos estudos era que a redução do histórico de vazões aumentasse o peso das secas dos últimos anos, reduzindo a projeção de afluências e, conseqüentemente, elevando o PLD.



Contudo, os estudos apresentaram resultados contrários, com diminuição do PLD com a redução do histórico de vazões. Conforme apresentado, a redução da ENA do Nordeste no passado recente é compensada em grande parte pela elevação das vazões em Itaipu, além disso, os modelos passaram a projetar cenários mais favoráveis de afluições com a redução do histórico.

Governança

A chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios do MME, Agnes da Costa, apresentou os aprimoramentos dos atos normativos relativos à CPAMP, com destaque para: (i) a diretriz para que os aprimoramentos busquem aderência ao nível de aversão ao risco adotado na política operativa; (ii) a antecedência mínima aplicada somente ao PLD (e não ao CMO); e (iii) a possibilidade de realização de período de operação sombra para implementação das alterações.

O superintendente da SRG/Aneel, Alessandro Cantarino, destacou que a Agência deverá abrir em breve uma consulta pública para a revisão da REN 843/19, que trata da governança do processo de formação de preços. Cantarino ressaltou que o objetivo da revisão do normativo é trazer maior clareza, previsibilidade e transparência no procedimento de atualização dos dados de entrada do PMO e formação do PLD, além de aprimorar a forma de comunicação com os agentes.

Preço por oferta

O gerente de Assuntos Regulatórios e de Mercado da Engie, Eduardo Takamori, apresentou aspectos do projeto de P&D "Preço e Despacho por Oferta". O projeto, cujos resultados serão apresentados em breve, avalia a implementação do despacho por oferta de custos no Brasil e foi conduzido pela PSR com apoio da CCEE e do ONS.

O estudo avalia temas como a responsabilização pelos desvios, quem pode ofertar, despacho de usinas de diferentes donos na mesma cascata e poder de mercado. Acesse aqui o projeto: www.precoporoferta.com.br

A CCEE também irá realizar estudos sobre a formação de preços por oferta, com recursos disponibilizados pelo MME através do Projeto Meta. O trabalho deverá ser iniciado no segundo semestre de 2022 e terá duração de 30 meses. Nas próximas semanas, a Câmara deverá lançar um edital para contratação das consultorias que serão selecionadas para o projeto.

Acesse [aqui](#) as apresentações realizadas no evento da CCEE.



Sefaz-SP responde perguntas frequentes sobre tributação de ICMS no ACL

Matéria em 1 minuto:

- Secretaria apresenta esclarecimentos importantes que constam também na consulta tributária elaborada pela Abraceel, ainda sem resposta individual;
- Questões relacionadas aos processos de contabilização e liquidação de diferenças promovido pela CCEE, cessão de montantes e destaque do imposto na venda da energia foram objeto de resposta;
- Segundo a Sefaz-SP, o documento de perguntas e respostas será constantemente aperfeiçoado, inclusive para acompanhar eventuais atualizações da Portaria SRE 14/22.



Tempo de leitura:
2 minutos

A Sefaz-SP disponibilizou em seu site um documento com perguntas e respostas que abordam os principais questionamentos sobre o novo modelo de tributação das operações com energia elétrica no mercado livre.

Alguns dos pontos são esclarecimentos importantes que constam também na consulta tributária elaborada pela Abraceel, ainda sem resposta. O prazo formal da Sefaz-SP para os questionamentos da associação se encerraram dia 18.05.

Por exemplo, a Sefaz-SP esclarece que "não há previsão na legislação tributária paulista de nenhuma obrigação tributária referente a valores recebidos ou pagos em razão dos processos de contabilização e de liquidação de diferenças promovidos pela CCEE, seja emissão de notas fiscais ou recolhimento de imposto".

Outro ponto importante é que toda venda de energia no ACL, em qualquer modalidade de alienação, inclusive cessão de montantes, deverá ser emitida nota fiscal observando as seguintes premissas:

- **Se a venda de energia é para consumo do destinatário: há destaque do imposto**
- **Se a venda de energia é para revenda ou saída posterior: sem destaque do imposto**
- **Se a venda de energia é para destinatário estabelecido em outro estado: deve ser obedecida a legislação daquele estado.**

Ainda, o valor da operação a constar na nota fiscal deve corresponder àquele efetivamente cobrado do destinatário, conforme disposto em contrato. O valor unitário do MWh é obtido com a divisão do valor da operação pela quantidade de energia destinada ao estabelecimento comprador.

O documento está disponível [aqui](#) e, segundo a Sefaz-SP, será constantemente aperfeiçoado, inclusive para acompanhar eventuais atualizações da Portaria SRE 14/22.





ABRACEEL NA MÍDIA



‘Custo Congresso’ vai encarecer a conta de luz em 10% nos próximos anos, diz estudo

"CUSTO CONGRESSO" VAI ENCARECER A CONTA DE LUZ EM 10% NOS PRÓXIMOS ANOS, DIZ ESTUDO

I Estadão

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



Governo apoia abertura do mercado livre de energia, diz MME

Diretora de programa da Secretaria Executiva do Ministério afirma que medida pode trazer benefícios, mas é "complexa"

GOVERNO APOIA ABERTURA DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA, DIZ MME

I Poder 360

[Veja a matéria completa clicando aqui.](#)



Por Daniel Rittner

Iniciou sua carreira no Valor como trainee em 2000. Foi correspondente na Argentina e atualmente é repórter especial e trabalha na sucursal de Brasília

Brasduto e térmicas a gás - um outro lado

Irritado, Arthur Lira travou projeto que promete abertura do mercado

25/05/2022 05h00 - Atualizado há 2 dias

BRASDUTO E TÉRMICA A GÁS - UM OUTRO LADO

I Valor Econômico

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)

Economia

Modernização do setor elétrico inclui energia mais barata, diz Ipea

Livre mercado pode ser vantajoso, mas precisa de concorrência



MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO INCLUI ENERGIA MAIS BARATA, DIZ IPEA

I Agência Brasil

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





CURTAS

Abraceel nas Eleições: primeiro encontro será no Rio de Janeiro com Dep. Paulo Ganime

A Associação está dando início ao movimento "Abraceel nas Eleições", que consiste na promoção de encontros com candidatos a cargos eletivos para discutir a agenda do setor de energia. Para o primeiro encontro, será realizado um jantar de relacionamento e diálogo com o deputado federal Paulo Ganime (Novo-RJ). Ganime é uma das lideranças do setor de energia na Câmara dos Deputados, tendo atuado na aprovação da nova lei do gás, bem como na discussão da portabilidade da conta de luz por meio do PL 414/2021. Finalizando seu primeiro mandato como deputado, Ganime é pré-candidato ao governo do Rio de Janeiro.

- **Data:** 06 de junho de 2022 (segunda-feira)
- **Horário:** 19h30
- **Local:** Restaurante Fratelli (Av. Gen. San Martin, 983 - Leblon, Rio de Janeiro - RJ)

Destacamos o formato do evento:

- O custo ficará sob a responsabilidade de cada participante no valor de R\$250,00;
- O pagamento será feito diretamente com o restaurante no dia do evento;
- O cardápio inclui entrada, prato principal (com opção de massa, peixe e carne) e sobremesas. Espumante, vinhos branco e tinto também estão inclusos no valor;
- Para confirmar a participação, basta encaminhar um e-mail para abraceel@abraceel.com.br informando o nome e contato telefônico; e
- Pedimos a gentileza de realizar a confirmação

até o dia 3 de junho (sexta-feira), dada a limitação do espaço.

As informações também foram encaminhadas via e-mail aos representantes das empresas associadas.

ABRACEEL NAS ELEIÇÕES

CONVIDA PARA O PRIMEIRO DIÁLOGO COM O DEPUTADO FEDERAL

PAULO GANIME
DEPUTADO FEDERAL E PRÉ-CANDIDATO AO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO

6 de junho | 19H30 | Fratelli - Leblon (RJ)

Mais informações em abraceel@abraceel.com.br

ABRACEEL Associação Brasileira dos Gerenciadores de Energia

Cpamp publica regimento interno

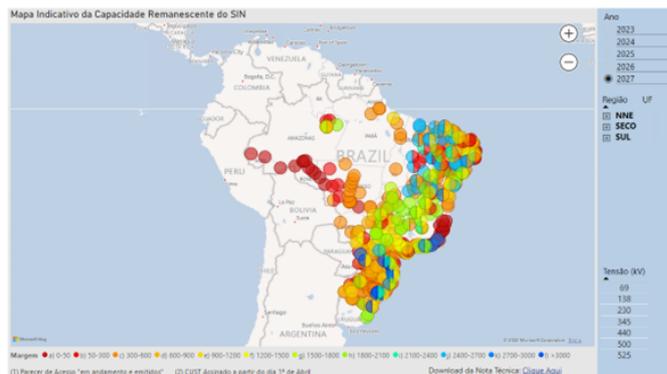
No dia 23.05, foi publicado o Regimento Interno da CPAMP, tal como previa a Portaria 637/2022 do MME, de abril desse ano. Adicionalmente à diretriz trazida na Resolução CNPE 22/2021, de buscar a garantia da coerência e integração dos modelos computacionais, foi também registrada a busca do consenso nas decisões, além da necessidade de coordenação entre as atividades da Cpamp com as demais desenvolvidas pelas entidades em temas correlatos. O coordenador da Cpamp, função exercida pela Secretaria-Executiva do MME, tem a atribuição de convidar a cada quatro meses associações para participarem de reuniões específicas. Em sua contribuição à Consulta Pública 99/2020 do



MME, a Abraceel pleiteou que fosse assegurada a participação dos agentes em todas as reuniões da Cpamp. O regimento interno ainda prevê que após validada por todos os membros, a ata da reunião será divulgada em site do MME, excluídos os assuntos de caráter confidencial, em até dois dias úteis após a validação dos membros e antes da próxima reunião ordinária. Sobre isso, a Abraceel sugeriu que fosse divulgada nota em até 24h da reunião no site do MME, destacando as principais decisões tomadas. O Regimento Interno da CPAMP e o relatório do GT Governança podem ser acessados através do [link](#).

Margens de escoamento: ONS publica mapa interativo atendendo pleito da Abraceel

O ONS divulgou no dia 23.05 um mapa interativo com o indicativo da capacidade remanescente para escoamento de energia elétrica no sistema de transmissão. Os números representam a folga existente ou futura para acomodar uma quantidade adicional de geração que poderá ser injetada em ponto de conexão por um novo agente gerador interessado em se conectar no SIN. Denominado “Margens do SIN”, o mapa tem por finalidade auxiliar investidores do setor elétrico na tomada de decisões quanto à escolha dos pontos de conexão de uma nova central geradora. A divulgação dessa informação de forma transparente foi pleito da Abraceel para incrementar a isonomia no processo de conexão. O mapa pode ser acessado através do [link](#).



Pauta Aneel: resultado da CP sobre resposta da demanda

No dia 31.05, a Diretoria da Aneel irá deliberar sobre o resultado da CP 80/2021 sobre o aprimoramento do Programa de Resposta da Demanda. A Abraceel contribuiu na consulta pública apoiando a oferta de produtos de disponibilidade, ressaltando a importância da correta valoração do preço teto do produto e também sugeriu a possibilidade de autodeclaração da linha base pelo consumidor, com validação posterior. Além disso, há proposta de abertura de Consulta Pública para regulamentar os artigos 21 e 24 da Lei nº 14.300/2022, que tratam da sobrecontratação involuntária e da venda de excedentes de detentores de microgeração e minigeração distribuída para as distribuidoras. Apesar da terminologia parecida, não se trata da proposta da Abraceel de livre comercialização dos excedentes de geração distribuída. Trata-se da compra, pelas distribuidoras, do excedente de energia de MMGD, na forma de chamada pública, sendo que os interessados não poderão participar do Sistema de Compensação de Energia Elétrica.

Abraceel inicia captação de recursos para o projeto Energia mais Consciente

Durante a semana, a Abraceel esteve reunida com empresas associadas para apresentar detalhes e oportunidades de participação no projeto Energia Mais Consciente. Idealizado em parceria com a BackStage Eventos, o projeto tem como objetivo aproximar a sociedade do tema energia elétrica por meio de recursos tecnológicos e sensoriais, colocando o consumidor no centro do debate. Com estrutura itinerante, o objetivo inicial é atingir 100 mil pessoas em três capitais (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília), além de milhões de pessoas em mídia orgânica e programática, provocando diálogo sobre temas como transição energética, desenvolvimento sustentável, inovação tecnológica, liberdade de escolha e consumo consciente de energia elétrica. A apresentação do projeto está disponível na área restrita do associado. Caso sua empresa tenha interesse em realizar reunião para saber mais sobre os valores do projeto, basta solicitar pelo e-mail abraceel@abraceel.com.br e a equipe Abraceel retornará com a agenda.



A convite do CreditSuisse, Abraceel explica perspectivas do mercado livre para investidores institucionais

A convite do CreditSuisse, a Abraceel participou no dia 25.05 de uma conversa com investidores institucionais para explicar o estágio de desenvolvimento e o potencial de crescimento do mercado livre de energia elétrica no Brasil, contextualizando ainda sobre a tramitação do PL 414/2021 no Congresso Nacional. Para cerca de 20 pessoas, entre executivos e analistas que acompanham o setor elétrico, Rodrigo Ferreira, presidente-executivo da Abraceel, esclareceu quais são as iniciativas dentro das três bandeiras de atuação da associação este ano e ofereceu respostas para questões relativas às dificuldades de aprovação mais célere do projeto de lei na Câmara dos Deputados, possibilidade de antecipar o cronograma de acesso ao mercado livre com segurança jurídica e respeito a contratos, os benefícios esperados para os consumidores, a perspectiva de migração nos próximos anos quando as regras de portabilidade estiverem estabelecidas e o impacto do processo de capitalização da Eletrobras na evolução do mercado livre de energia no Brasil.

Capitalização da Eletrobras nos últimos ajustes

Foi aprovada no dia 20.05 a Resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) 225/2022 para estabelecer as regras para a oferta pública secundária da capitalização da Eletrobras caso a

oferta primária não seja suficiente para reduzir a participação direta da União a até 45% do capital votante na estatal. Como a capitalização não será mais realizada com as ações de propriedade direta da União, foi necessário promover ajustes quanto à aprovação do preço por ação, que passa a ser de decisão exclusiva dos ofertantes (Eletrobras, BNDES e BNDESPAR), de acordo com suas governanças internas. Além disso, houve mudanças em relação à definição do preço mínimo da ação na Oferta Pública Global. O valor será estabelecido pelo CPPI e não poderá ser inferior à média das avaliações econômico-financeiras independentes contratadas pelo BNDES.

Save the date: 7º Encontro dos Agentes do Setor Elétrico no Centro-Oeste

Save the date! A associada BC Energia realizará em 17.08, em Goiânia, o tradicional Encontro dos Agentes do Setor Elétrico no Centro-Oeste. Em breve mais informações!



GT Metodologia da Cpamp irá discutir Unit Commitment Hidráulico

No dia 09.06, o GT Metodologia da Cpamp realizará webinar para expor os trabalhos acerca da modelagem de Unit Commitment Hidráulico (UCH) na operação e formação de preço do SIN, especificamente no programa DESSEM. O evento, cujo tema está dentro do ciclo de trabalho 2022 do GT, será realizado de forma virtual às 9h, será aberto a todos os agentes e pode ser acessado através do [link](#).



A pauta de energia está na agenda, mas não é por meio do PL 414/2021. Na tentativa de responder à sociedade sobre os aumentos tarifários, a Câmara dos Deputados aprovou o PLP 18/2022, que trata da redução do ICMS de energia elétrica, definindo eletricidade como bem essencial e retirando da sua base de cálculo a TUST, a TUSD e os encargos.

A urgência da matéria foi aprovada na semana passada e, de acordo com o presidente Arthur Lira (PP-AL), a Casa continuará buscando alternativas para reduzir o preço da conta de luz e dos combustíveis, destacando as seguintes propostas:

- **PL 3677/2021**, que cria transparência sobre as regras de composição de preços de derivados de petróleo praticados pela Petrobras;
- **PL 1143/2021**, que cria mecanismos para redução de tarifas de energia elétrica para o consumidor; e
- **PLP 62/2015**, que isenta de ICMS a parcela de energia elétrica cobrada a título de adicional de bandeira tarifária.

Outros projetos citados pelo presidente da Casa fazem referência aos aumentos tarifários autorizados pela Aneel.

Na próxima semana, dia 31.05, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle promoverá audiência pública sobre a política de uso de termoelétricas movidas a gás natural, que tem associações do setor no rol de convidados.

No mesmo dia às 16h30, a Comissão também discutirá os reajustes nos valores das bandeiras tarifárias, com Aneel e ONS dentre os presentes. A Comissão de Defesa do Consumidor, no dia seguinte, às 9h, discutirá os reajustes dos preços da energia elétrica.

Itaipu na agenda - Também está em pauta o debate da revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu, que será objeto de debate da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional no dia 01.06, às 9h. O Embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, Secretário de Negociações Bilaterais e Multilaterais nas Américas do Ministério das Relações Exteriores, o Almirante Anatalicio Ridsen Junior, Diretor-Geral Brasileiro de Itaipu, e representante do Ministério de Minas e Energia estarão presentes no debate. (União-CE), que tem liderado a discussão sobre os aumentos tarifários de energia.

Novas eleições para a Mesa Diretora da Câmara – o impasse com o então vice-presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), teve uma solução. Com a troca de partidos entre membros da Mesa Diretora, o presidente Arthur Lira destituiu o deputado do cargo, que saiu do PL, partido do presidente, para o PSD. A vice-presidência agora está com o deputado Lincoln Portela (PL-MG).

Reforma tributária (mais uma) – Agora é a vez da PEC 07 (será?). A Câmara criou a comissão especial para analisar a PEC 07 de 2020, que cria três classes de impostos: renda, consumo e propriedade. Na próxima terça, 31.05, a comissão vai se reunir para definição do seu plano de trabalho.

Abraceel cumpre agenda no Congresso

Com vistas a aproveitar a curta janela de oportunidade que ainda resta para a deliberação do PL 414/2021 na Câmara, a Abraceel esteve reunida com o relator da matéria, deputado Fernando Filho (União-PE), e com os deputados Danilo Forte (União-CE), Édio Lopes (PL-RR), Felipe Rigoni (União-ES) e Altineu Côrtes (PL-RJ), líder do PL na Câmara. A recente mudança no Ministério de Minas e Energia (MME) e a agenda focada na aprovação do PLP 18/2022 dificultaram o andamento do projeto da portabilidade. Ainda assim, os parlamentares reconhecem a importância da matéria e enxergam a possibilidade de aprovação ainda no primeiro semestre.



(Deputado Édio Lopes (PL-RR), relator do PL 1917/2015 em comissão especial, e parlamentar responsável por assuntos de energia no Partido Liberal, mesmo partido do presidente da República.)

 **PRÓXIMA
SEMANA**

30.05 - Segunda-feira: Abraceel se reúne com representantes do TCU, a pedido destes, para discutir a sistemática de planejamento da operação e a performance dos modelos computacionais, às 14h30.

31.05 - Terça-feira: Abraceel se reúne com Fernando Rodrigues, criador do Poder360, para discutir a agenda do mercado livre, às 15h30.

01.06 - Quarta-feira: Rodrigo Ferreira participa da reunião do Conselho de Infraestrutura da CNI (Coinfra), às 10h;

Reunião do Grupo Técnico da Abraceel para discutir a proposta de criação do conselho de usuários de gás, às 10h.

03.06 - Sexta-feira: Abraceel se reúne com o superintendente de Infraestrutura e Movimentação da ANP, Hélio Bisaggio, para discutir a regulamentação federal do mercado livre de gás natural, às 10h.